



Simulado Especial

# STJ

**Cargo:** Analista Judiciário  
Área Judiciária  
**Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Especial STJ (Analista Judiciário – Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Judiciária da STJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/jfnnHZ5LUEjdhFr27>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ePt1>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato*

Promulgada a Constituição democrática de 1946, foi restabelecida a Justiça Federal, apenas a segunda instância, e criado o Tribunal Federal de Recursos, como instância revisional das sentenças prolatadas pelos juízes federais, composto por nove Ministros. O Ato Institucional n. 2/196511, elevaria esse número para treze e a Emenda Constitucional n. 7/197712 para 27 Ministros.

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) foi regulamentado pela Lei n. 33, de 13 de maio de 1947, e efetivamente instalado em 23 de junho de 1947.

Era composto de um Tribunal Pleno e duas Turmas de julgamentos.

Um dos objetivos era reduzir a competência do Supremo. Competia-lhe, por exemplo, originariamente, processar e julgar os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado e, em grau de recurso, as causas de interesse da União, competências, antes, do Supremo. Depois, foram-lhe deferidas outras competências, até então igualmente cometidas ao Supremo, como a de processar e julgar os conflitos de jurisdição entre juízes subordinados a tribunais diversos.

Eis por que o Federal de Recursos tinha dupla feição, a de Tribunal de segundo grau (hoje, os Tribunais Regionais Federais) e a de Tribunal nacional, visto que, nessa condição, recebera aquelas atribuições pertencentes ao Supremo (hoje, cometidas ao Superior Tribunal). Era o que o distinguia dos outros tribunais, tornando-o, dúvida não havia, o segundo tribunal do Brasil.

E assim, na mesma ocasião, se manifestou o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra:

“Está o Tribunal Federal de Recursos habilitado a desempenhar o relevante papel que lhe incumbe em nossa vida políticojudiciária, abrangendo uma vasta área de competência, notadamente no que concerne ao julgamento, em segunda instância, das causas de interesse da União, quer no cível, quer no crime. As primeiras, julgava-as, anteriormente, o Supremo Tribunal Federal, que, sobrecarregado como outras atribuições da mais alta magnitude, precisava ter reduzida a imensa tarefa que a nação confiara à sabedoria dos seus Juízes.

As segundas, vinham sendo decididas pelos tribunais dos estados, com quebra do princípio cardinal do regime que exige sejam apreciados e decididos por Tribunais federais os interesses vinculados a bens e serviços da Administração federal.”

Adaptado de <<https://memoria.stj.jus.br>>.

01. Em conformidade com o texto, o Tribunal Federal de Recursos (TFR) no sistema jurídico brasileiro tinha como função primordial aliviar a sobrecarga do Supremo Tribunal Federal e julgar causas de interesse da União em segunda instância.
02. Deduz-se do texto que o motivo pelo qual o Tribunal Federal de Recursos foi considerado o "segundo tribunal do Brasil" é porque fora o primeiro tribunal criado após a promulgação da Constituição de 1946.
03. No trecho: “*E assim, na mesma ocasião, se manifestou o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra: ‘Está o Tribunal Federal de Recursos habilitado a desempenhar o relevante papel que lhe incumbe em nossa vida político-judiciária...’*”, o discurso direto, explicitado pelo uso das aspas, é utilizado para reproduzir a fala do presidente de forma literal.
04. O sintagma "restabelecida", no contexto "foi restabelecida a Justiça Federal", possui o sentido de que a Justiça Federal foi criada pela primeira vez.
05. No trecho “*O Ato Institucional n. 2/196511, elevaria esse número para treze*”, o verbo “elevaria” está conjugado no futuro do pretérito, indicando uma ação futura em relação ao passado e, por isso, pode ser substituído por elevara, mantendo-se o sentido e a correção gramatical.

06. No trecho “Competia-lhe, por exemplo, originariamente, processar e julgar os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado...”, pode-se afirmar que o pronome “lhe” exerce a função de sujeito.

07. A expressão “dupla feição” no trecho “Eis por que o Federal de Recursos tinha dupla feição...” pode ser substituída por “dupla função” sem prejudicar o sentido e a correção do texto.

08. O texto possui características predominantemente expositivas, uma vez que apresenta informações e explicações sobre a história e funções do Tribunal Federal de Recursos.

09. A substituição da expressão sublinhada em “*Eis por que o Federal de Recursos tinha dupla feição...*” prejudicaria o sentido e a correção do texto.

10. O trecho “*O Tribunal Federal de Recursos tinha dupla feição*” implica afirmar que o tribunal exercia apenas uma função específica em todo o território nacional.

Um homem ainda conseguia ser mais esperto que o Juízo Final. Este crime ninguém lhe condenava. Nem a Igreja. “Todos são meu cúmplices, José.” Eu teria que bater de porta a porta e mendigar que me acusassem e me punissem: todos me bateriam a porta com uma cara de repente endurecida. Este crime ninguém me condena. Nem tu, José, me condenarias. Pois bastaria, esta pessoa poderosa que sou, escolher de te chamar – e, do teu abandono nas ruas, num pulo me lambeias a face com alegria e perdão. Eu te daria a outra face a beijar.”

O homem tirou os óculos, respirou, botou-os de novo.

Olhou a cova coberta. Onde ele enterrara um cão desconhecido em tributo ao cão abandonado, procurando enfim pagar a dívida que inquietantemente ninguém lhe cobrava. Procurando punir-se com um ato de bondade e ficar livre de seu crime. Como alguém dá uma esmola para enfim poder comer o bolo por causa do qual o outro não comeu o pão.

Mas como se José, o cão abandonado, exigisse dele muito mais que a mentira: como se exigisse que ele, num último arranco, fosse um homem – e como homem assumisse o seu crime – ele olhava a cova onde enterrara a sua fraqueza e a sua condição.

Clarice Lispector

11. É possível afirmar que, no trecho, “Eu teria que bater de porta a porta e mendigar que me acusassem e me punissem”, a ausência do acento indicativo de crase antes de “porta” está correta.

12. No trecho “*todos me bateriam a porta com uma cara de repente endurecida*”, a expressão “cara de repente endurecida” sugere indiferença e desprezo.

13. Pode-se afirmar que a partícula “que” em “*como se José, o cão abandonado, exigisse dele muito mais que a mentira*”, é classificada como pronome interrogativo, que introduz uma pergunta indireta.

14. O referente da expressão sublinhada em “*Este crime ninguém lhe condenava*” constitui o ato de mendigar perdão.

15. Infere-se que a principal questão moral que o texto levanta é a complexidade de lidar com o arrependimento e a culpa por ações passadas.

## ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

**Herbert Almeida**

Julgue os seguintes itens acerca dos atos de improbidade administrativa.

16. Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, inclusive nos casos de simulação devidamente comprovada.



**17.** Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem integralmente pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.

Suponha que Maria, servidora pública federal, tenha, no exercício de suas funções e com vistas à obtenção de benefícios próprios, frustrado o caráter concorrencial de procedimento licitatório, ferindo a imparcialidade do certame. A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens 23 a 25 a seguir.

**18.** Maria praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, podendo ser condenada à perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.

**19.** O enquadramento da conduta funcional do ato praticado por Maria pressupõe a demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública, com a indicação das normas violadas.

**20.** Maria pode ser condenada independentemente do reconhecimento da produção de danos ao erário.

## **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

*Géssica Ehle*

**Acerca dos Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.**

**21.** Os Direitos Humanos têm suas raízes reconhecidas junto ao período axial, por volta do século VIII a.C, quando se reconhece uma igualdade essencial entre os seres humanos.

**22.** Vítima de violação à Direito Humano poderá buscar pelos organismos internacionais sempre que houver uma lacuna normativa perante às leis de seu Estado.

**23.** Por se tratar de um dos objetivos explícitos pelo Texto Constitucional de 1988, a dignidade da pessoa humana pode ser chamada de valor-base para o reconhecimento de qualquer direito humano.

**24.** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos é o principal documento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, prevendo direitos de primeira e segunda dimensões apenas, sendo que os últimos não constavam de seu texto original.

**25.** Com o advento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Adicional tendo sido internalizados com status de norma constitucional, houve importante rompimento paradigmático pela doutrina de Direito da Pessoa com Deficiência no Brasil.

**26.** Caso a pessoa com deficiência deseje adquirir sua moradia própria junto aos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, deverá ter assegurada a reserva de 3% (três por cento) das unidades habitacionais, podendo gozar de tal direito ao longo de toda a vida, quantas vezes precisar.

**27.** João das Couves deseja acessar o edifício do Superior Tribunal de Justiça, em sendo pessoa com deficiência terá reservadas 2% das vagas de estacionamento, bem como a garantia de que serão em áreas próximas aos acessos, devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado.

**28.** De acordo com as normas sobre a acessibilidade a ser conferida às pessoas com deficiência, tem-se que essa se expressa por viabilizar a utilização com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, transporte, dentre outros serviços e instalações abertos ao público de uso público e, ainda, os privados de uso coletivo.

### **NORMATIVOS INTERNOS DO STJ**

*Tiago Zanolla*

**Com base no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os itens a seguir:**

**29.** A Primeira Seção do STJ é composta pela Primeira e Segunda Turmas, cada uma formada por cinco Ministros. A Segunda Seção é formada pela Terceira e Quarta Turmas, enquanto a Terceira Seção é composta pela Quinta e Sexta Turmas. O Ministro mais antigo da Turma é automaticamente seu presidente, sem qualquer observação quanto à periodicidade.

**30.** O Conselho da Justiça Federal, que atua em todo o território nacional, é responsável pela supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

**31.** Quando ocorrer uma infração à lei penal na sede ou dependências do Tribunal, o Presidente do STJ deve sempre instaurar inquérito, independentemente de quem esteja envolvido, sem a possibilidade de delegar essa atribuição a outro Ministro ou requisitar a instauração de inquérito à autoridade competente.

**32.** Se forem encontradas nulidades ou irregularidades no processamento dos feitos no STJ, elas devem ser corrigidas da maneira que seja menos onerosa para as partes envolvidas e para o serviço do Tribunal.

**33.** A publicação da pauta de julgamento deve ser feita com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à sessão em que os processos poderão ser chamados, e essa publicação deve ser certificada nos autos.

**34.** À Terceira Seção do STJ cabe processar e julgar os feitos relativos à matéria penal em geral, incluindo os casos de competência originária da Corte Especial e os habeas corpus de competência das Turmas que compõem a Primeira e a Segunda Seção.

**35.** A Corte Especial será integrada pelos quinze Ministros mais antigos e presidida pelo Presidente do Tribunal.

**36.** O relator, no julgamento virtual, deve incluir os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com o relatório e o voto, e a pauta do julgamento virtual será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão. Durante este prazo, os integrantes do Órgão Julgador podem manifestar a discordância com o julgamento virtual.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

*Tiago Zanolla*

**Acerca da ética pública, julgue os itens a seguir:**

**37.** As disposições do Código de Ética do STJ se aplicam apenas às magistradas e magistrados, servidoras e servidores que tenham vínculo efetivo com a administração e estejam em trabalho presencial.

**38.** É permitida a aceitação de brindes pelos servidores do STJ, desde que os brindes não tenham valor comercial, sejam distribuídos a título de cortesia ou propaganda, e não ultrapassem 5% do menor vencimento básico do cargo de técnico judiciário, independentemente da periodicidade de distribuição.

**39.** A ética no serviço público exige que os servidores ajam com imparcialidade, promovendo a justiça social e respeitando os direitos dos cidadãos, enquanto a cidadania pressupõe a participação ativa da população no controle e fiscalização dos atos públicos, visando o bem comum.

**40.** A ética no serviço público permite que os servidores aceitem vantagens pessoais, desde que essas vantagens não interfiram diretamente no desempenho de suas funções e sejam vistas como algo comum na cultura organizacional."

## INFORMÁTICA

*Emannuelle Gouveia*

**41.** O tipo de spam utilizado para o envio de apresentações com o intuito de introduzir Trojans nas máquinas é conhecido como hoax.

**42.** No Excel é possível o uso de funções pré-determinadas, porém aquelas que contiverem acento ortográfico em seu nome (descrição) só serão reconhecidas se forem escritas com o acento.

**43.** No Word, a funcionalidade de Hifenização habilita o Word para utilizar o hífen corretamente e separar sílabas adequadamente. Ela pode ser encontrada na área Parágrafo, na guia Design.

**44.** Nas redes de computadores, podemos utilizar aparelhos comutadores para possibilitar a

comunicação entre diversos aparelhos simultaneamente.

**45.** Dados estruturados apresentam características bem pré-definidas e facilmente classificáveis

**46.** O modelo de governança de dados que em que o mesmo modelo operacional e padrões da governança de dados são adotados por cada unidade de negócios é o centralizado.

**47.** Tarefas como: estabelecer políticas de governança de dados, monitorar acesso e uso de dados e fornecer treinamento de dados são funções do data stewardship.

**48.** Atualmente a preocupação com a segurança da Informação tem sido um dos principais pontos de observação nas Instituições. No uso de senhas é recomendado a maior flexibilidade de uso, com a adoção de combinações simples e a repetição de senhas em diferentes aplicações para evitar esquecimentos ou perdas de acesso pelos usuários.

**49.** NO Windows, temos o menu Aplicativos Padrão que permite ao usuário definir ou alterar os programas que serão usados como padrão para a abertura de arquivos e execução de tarefas.

**50.** As LANs são tipos de redes de pequeno alcance que só podem ser usadas para interligar até, no máximo, 100 computadores e por isso só são acessadas através da Intranet.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

Tomando por base as disposições contidas na Lei 8.112/1990 e na Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 51.** Quando as circunstâncias exigirem, o prazo para conclusão do processo disciplinar, que não excederá 90 dias, poderá ser prorrogado por igual prazo.
- 52.** O processo disciplinar submetido ao rito sumário será aplicado nas hipóteses de inassiduidade habitual, abandono de cargo e na hipótese de omissão do servidor em apresentar opção dentro do prazo de 10 dias, por acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- 53.** Durante o prazo de estágio probatório serão observados os fatores de responsabilidade, assiduidade, aptidão mental, produtividade e disciplina.
- 54.** É possível a indicação de marca em contratos de compras, nas hipóteses em que determinada marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.
- 55.** A alienação de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, dependerá de avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

Tomando por base os preceitos jurídicos aplicáveis à organização e aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

**56.** Empresa pública exploradora de atividade econômica que não dependa dos recursos do Tesouro para financiamento de suas atividades está abrangida pela vedação constitucional à acumulação remunerada de cargos públicos.

**57.** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é órgão público da administração direta.

**58.** Ato administrativo nulo é aquele padece de vício insanável em seus elementos constitutivos ou em seu processo de formação.

**59.** Particulares podem praticar atos administrativos quando estiverem investidos da função pública.

**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

Acerca da hermenêutica constitucional, da Ordem Econômica, da aplicabilidade das normas e do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- 60.** Segundo a jurisprudência do STF, tem eficácia plena a norma constitucional que estabelece ser objetivo da Ordem Econômica a busca do pleno emprego.
- 61.** Denomina-se não interpretativista a corrente doutrinária a qual defende que o juiz, ao aplicar o direito, pode exercer uma atividade criativa.
- 62.** É vedado ao STJ conhecer de alegação de inconstitucionalidade de lei, ainda que em sede de recurso ordinário.



A respeito do Poder Judiciário e dos direitos fundamentais, julgue os itens.

**63.** No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância da questão federal discutida no caso, mas esse requisito somente será exigido quando for regulado em lei ordinária.

**64.** Entre os casos que têm relevância da questão federal presumida estão as causas penais, de improbidade administrativa e de família.

**65.** Conforme a jurisprudência predominante, em regra não cabe *habeas corpus* contra decisão que denega a liminar em sede de outro *habeas corpus*.

**66.** O Conselho Nacional de Justiça não possui competência fiscalizadora, correicional ou disciplinar em relação aos Ministros do STF e do STJ.

**67.** Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflito de competência entre juiz do trabalho e juiz federal.

**68.** Compete originariamente ao STJ processar e julgar os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços ou à contribuição sobre bens e serviços.

## DIREITO CIVIL

*Paulo Sousa*

**69.** De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), na hipótese de alteração de lei que regula determinada situação jurídica, a nova lei deverá sempre ser aplicada de forma retroativa, alcançando fatos ocorridos antes de sua

vigência, exceto se o legislador expressamente dispuser o contrário.

**70.** No direito civil brasileiro, a personalidade jurídica da pessoa natural tem início com o nascimento com vida, mas o Código Civil assegura direitos ao nascituro desde a concepção, sendo, no entanto, vedado ao nascituro adquirir patrimônio, uma vez que ele não possui capacidade de direito, apenas expectativa de direitos.

**71.** Pode haver a desconsideração da personalidade jurídica, segundo a Teoria Maior, em havendo abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, entre outros.

**72.** Os bens fungíveis, que são aqueles que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, sempre são considerados bens móveis, enquanto os bens infungíveis, que não podem ser substituídos, são sempre imóveis.

**73.** O domicílio necessário aplica-se a certas categorias de pessoas, incluindo os incapazes, presos, militares e agentes diplomáticos, de forma que, mesmo que essas pessoas estabeleçam residência em outro lugar, a lei as obriga a manter o domicílio no local previamente determinado, independentemente das circunstâncias ou de eventual mudança de sua situação pessoal.

**74.** Em caso de fraude contra credores, anulado o ato fraudulento, a vantagem resultante não reverte ao autor da ação, mas em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores.

**75.** A prescrição atinge a pretensão material, a possibilidade ainda que somente potencial de exigir. Assim, somente nos direitos em que há prestação se pode falar em prescrição; nos direitos potestativos, não há prescrição.

**76.** Nos casos de abuso sexual durante a infância e adolescência, segundo entendimento do STJ, não se pode automaticamente vincular a fluência da prescrição à maioridade civil, sendo essencial analisar o momento em que a vítima tomou plena ciência dos danos em sua vida para de deflagrar o termo inicial do prazo trienal prescricional.

**77.** Os direitos reais são limitados pela função social da propriedade, de modo que o proprietário de um bem não pode exercer seu direito de maneira absoluta, devendo sempre respeitar as exigências coletivas e o interesse social.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Ricardo Torques*

**78.** O julgamento antecipado é uma decisão de mérito pautada em cognição exauriente, que será proferida em decorrência da desnecessidade de saneamento do processo. Sobre o tema, julgue o item a seguir:

João, em sua petição inicial, apresentou um pedido incontroverso, que foi julgado antecipadamente pelo juiz. É certo que João poderá liquidar ou executar imediatamente a obrigação reconhecida, independentemente de caução, desde que não haja recurso interposto.

**79.** A Cooperação Jurídica Internacional é o meio pelo qual os entes estatais se articulam para colaborar com a solução de demandas que correm em outros Estados a fim de manter suas relações internacionais, bem como garantir direitos humanos. Sobre o tema, analise a afirmativa abaixo:

O procedimento da carta rogatória perante o Supremo Tribunal Federal é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

**80.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Sobre o tema, analise a afirmativa a seguir:

Efetivada a tutela cautelar de caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

**81.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Sobre o tema, analise a afirmativa a seguir:

Sob nenhum argumento o indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente obsta que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse.

**82.** Os atos processuais são ações ou manifestações praticadas pelas partes do processo. Podem ser unilaterais ou bilaterais, e consistem em declarações de vontade que têm o poder de criar, alterar ou encerrar direitos processuais.

Ao dispor sobre o tema, o Código de Processo Civil determinou a realização dos atos processuais em dias úteis, das 6 às 22 horas, mas não adotou o sistema da instrumentalidade das formas.

**83.** Adão propôs uma ação contra o Estado X. Após o devido processo legal, houve a aplicação do entendimento do Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, gerando a condenação do Estado ao pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Nessa situação: A observância da obrigatoriedade ao duplo grau de jurisdição ainda não seria observada caso o valor da condenação fosse de 400 salários-mínimos.

**84.** No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente. Nessa situação, é facultado ao réu oferecer a impugnação ao cumprimento de sentença, sem efeito suspensivo, fato que permite a prática dos atos executivos.

**85.** Visando obter uma reforma da decisão impugnada, João interpôs recurso depois de uma sentença condenatória em primeiro grau de jurisdição. Nessa situação, é cabível juízo de retratação e o juízo de admissibilidade será feito pelo juízo de primeiro grau.

**86.** No que concerne às normas fundamentais do processo civil, julgue o item a seguir.

O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício

## **DIREITO PENAL**

*Renan Araújo*

**87.** Acerca da lei penal no tempo, julgue o item a seguir:

Conforme entendimento jurisprudencial predominante, caso haja superveniência de lei penal que ao mesmo tempo traga benefícios e prejuízos ao agente, será possível realizar a combinação de leis penais, retroagindo apenas os aspectos benéficos da nova lei.

**88.** Acerca das excludentes de ilicitude, julgue o item a seguir:

O “*commodus discessus*” não é exigido na legítima defesa.

**89.** Sobre a teoria do delito, julgue o item a seguir:

A prática de determinada conduta sob coação moral ou física, desde que irresistível, configura causa de exclusão do fato típico, ante a ausência de conduta penalmente relevante, dada a involuntariedade do movimento corporal, conforme o conceito finalístico de ação, desenvolvido por Hans Welzel.

**90.** Acerca da consumação e da tentativa, julgue o item a seguir:

A configuração da desistência voluntária pressupõe o abandono da execução voluntariamente pelo agente, ainda que não espontâneo, afastando-se a tipicidade em relação ao delito pretendido inicialmente pelo agente, que responderá apenas pelos atos já praticados, se típicos.

**91.** Acerca das penas, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Ricardo, reincidente em crime doloso, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de extorsão a uma pena de 04 anos de reclusão e multa.

Assertiva: nesse caso, poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

**92.** Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Praticado o crime de furto simples à noite e em situação de repouso noturno, restará configurada a majorante do repouso noturno, sendo irrelevantes os fatos de as vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime.

**93.** Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Igor, ao trafegar por uma rodovia federal, recebeu ordem de parada de agentes da PRF, que se encontravam realizando atividade de policiamento ostensivo, para prevenção e repressão de crimes. Todavia, Igor não obedeceu a ordem e empreendeu fuga.

Assertiva: nesse caso, Igor não deverá responder pelo crime de desobediência, pois o descumprimento à ordem de parada no contexto de trânsito configura apenas infração de trânsito prevista no CTB.

**94.** Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

A importação não autorizada de cigarros configura contrabando, na forma do art. 334-A do CP, por se tratar de importação proibida, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.

**95.** Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir:

No crime de homicídio, conforme entendimento dominante no STJ, é possível a existência concomitante das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio, não configurando *bis in idem*.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**96.** À lei processual penal aplicam-se os princípios da aplicação imediata, ainda que mais gravosa ao réu, e do *tempus regit actum*, permanecendo válidos os atos processuais realizados sob a vigência da lei anterior.

**97.** A respeito de ação penal, julgue o item a seguir.

O Ministério Público, titular da ação penal pública incondicionada, poderá desistir da ação quando, após o interrogatório do réu, verificar ausência dos pressupostos da ação.

**98.** O direito de representação poderá ser exercido, sempre pessoalmente, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

**99.** Segundo o CPP, no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri. Ademais, nos casos de concurso de jurisdições de mesma categoria, preponderará a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

**100.** A Lei nº 13.964/2019 introduziu no Código de Processo Penal brasileiro a chamada “cadeia de custódia”. Sobre o referido instituto, julgue o item a seguir.

É proibida a entrada em locais de crime isolados antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

**101.** Acerca do tema citações e intimações, julgue os itens a seguir.

Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o processo e o curso do prazo prescricional.

**102.** Acerca do Direito Processual Penal e à luz da legislação de regência e do entendimento dos tribunais superiores, julgue os seguintes itens.

O juiz pode fundamentar a condenação com base, exclusivamente, nos elementos de informação colhidos no inquérito policial.

**103.** O Código de Processo Penal considera que a nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Rubens Maurício*

**104.** Marilda, uma brasileira de 60 anos, casada com Josias e mãe de quatro filhos, vive no município de Ponto Chique, MG. Ela é segurada empregada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e contribuiu de forma ininterrupta para a previdência social por 15 anos. Marilda solicitou sua aposentadoria programada junto ao INSS. No entanto, seu pedido deverá ser indeferido, pois ela não cumpriu os requisitos exigidos pela legislação previdenciária.

**105.** Norberto, 60 anos de idade, morador de Jundiaí/SP, professor do ensino médio, casado com Carmelina, pai de 2 filhos, é segurado empregado do RGPS, possuindo 25 anos ininterruptos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério da educação básica. Diante do exposto, podemos afirmar que, uma vez cumprida a carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Norberto.

**106.** Luismar, 60 anos de idade, trabalha por conta própria em operações de mergulho, filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de contribuinte individual, não tendo qualquer relação com cooperativa de trabalho ou de produção. Caso comprove o exercício de suas atividades durante 25 anos, com efetiva exposição a agentes físicos prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, cuja nocividade não seja eliminada ou neutralizada mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, Luismar terá direito a aposentadoria especial.

**107.** Após ter sido submetido a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, ficou constatado que Pablo, segurado empregado do RGPS, possui grau de deficiência leve. Diante dessa constatação, Pablo foi orientado por sua esposa Tábata a entrar com requerimento junto ao INSS, solicitando aposentadoria por tempo de contribuição, uma vez que já possui 30 anos de contribuição na condição de pessoa com deficiência. Tendo em vista os fatos apresentados, o INSS deverá deferir o pedido de Pablo, uma vez que os requisitos para a obtenção de sua aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência foram preenchidos.



**108.** Carlos Oliveira, nascido na cidade de Itabira, é segurado obrigatório do RGPS e ficou incapacitado para o seu trabalho por quinze dias consecutivos, conforme definido em avaliação médico-pericial, devido a um acidente de automóvel ocorrido enquanto dirigia para sua aula de yoga. Portanto, independentemente do cumprimento de período de carência, Carlos Oliveira terá direito ao auxílio por incapacidade temporária pelo período em que esteve afastado das atividades.

**109.** Mariana, trabalhadora avulsa filiada ao RGPS, foi condenada por crime doloso e está reclusa em regime fechado. Mariana estava recebendo auxílio por incapacidade temporária na data em que foi presa. Assim sendo, seu benefício deverá ser cancelado a partir da data de sua prisão.

**110.** Juarez, segurado especial vinculado ao RGPS, possui outra fonte de rendimento decorrente de atividade artística, proporcionando-lhe ganho adicional aproximado de R\$ 3.500,00 por mês. Nessa situação, Juarez manterá a qualidade de segurado especial, mesmo sendo membro de grupo familiar que possui outra fonte de rendimento.

**111.** Luiz da Silva, segurado obrigatório do RGPS, foi recolhido à prisão em regime fechado pela prática de diversos crimes. Nessa situação, Luiz manterá a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, pelo prazo máximo de três meses após o livramento.

**112.** Carla trabalha como engenheira em uma empresa que desenvolve projetos de construção civil. Como forma de incentivo, essa empresa oferece exclusivamente aos empregados do setor de engenharia um plano de previdência privada. Além disso, a empresa também paga mensalmente a todos os funcionários um valor referente à participação nos resultados. Nessa situação, incide

contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a título de contribuição para a previdência privada de Carla, bem como sobre o valor recebido a título de participação nos resultados.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Fernando Maurício*

**113.** A respeito da Competência Tributária, julgue o item a seguir:

Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

**114.** A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

Configura aumento de tributo, e assim se submete ao Princípio da Anterioridade, a redução ou extinção de desconto legalmente previsto no caso de pagamento antecipado de tributo.

**115.** A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, no que se refere às Imunidades, julgue o item a seguir:

Serviços Notariais, por serem Serviços Públicos prestados por meio de delegação do Poder Público, são alcançados pela Imunidade Recíproca.

**116.** A respeito da Competência Tributária, julgue o item a seguir:

Conforme dispõe a Constituição Federal, a competência para legislar sobre Direito Tributário é concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

**117.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

A lei será aplicada a ato ou fato pretérito, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo, ainda que em relação a atos ou fatos definitivamente julgados.

**118.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Domicílio Tributário, julgue o item a seguir:

Na falta de eleição do domicílio tributário pela pessoa jurídica de direito privado, considera-se como tal o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

**119.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Julgada improcedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda. Caso seja julgada procedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**120.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

---

## Discursiva

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

---

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---